



## PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# JUIZ LEIGO

TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

- Além deste caderno de questões contendo **30 (trinta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva (Parecer), você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A questão discursiva (Parecer) deverá ser respondida em até **30 (trinta)** linhas.



### TEMPO

- **4 (três) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização e usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa prova!**



## Língua Portuguesa

1

Um dos conselhos para quem deseja escrever bem é, atualmente, preferir a concisão, eliminando os excessos, as repetições e a prolixidade. As frases a seguir mostram esse tipo de **problema** no segmento sublinhado.

Assinale a frase em que a modificação foi feita de forma adequada.

- (A) As empresas admitiram novos funcionários com o objetivo de maior rapidez na produção. / para
- (B) O chefe declarou que iria aumentar os salários sob a condição de que os empregados passassem a chegar na hora devida. / já que
- (C) Estávamos todos com pressa e em consequência dessa aceleração, a produção ficou de baixa qualidade. / apesar disso
- (D) Meu neto lia os jornais com extremo cuidado para procurar sua classificação nas provas vestibulares. / desatento
- (E) Eu fumo porque, neste momento não tenho mais que me preocupar com isso. / então

2

Assinale a opção que mostra, corretamente, duas frases com tipos diferentes de voz passiva.

- (A) Perdoam-se os ignorantes já que não sabem o que fazem. / Já que não sabem o que fazem, os ignorantes são perdoados.
- (B) Os livros de Machado de Assis são lidos em todas as épocas. / Em todas as épocas, foram lidos os livros de Machado de Assis.
- (C) Todos os meus livros foram vendidos para pagamento de meu tratamento. / Venderam todos os meus livros para pagamento de meu tratamento.
- (D) Os automóveis foram colocados na garagem do primeiro andar. / Os funcionários colocaram os carros na garagem do primeiro andar.
- (E) Venderam-se todos os bens da família. / Os filhos venderam todos os bens da família.

3

Nas frases a seguir, há o emprego de numerais cardinais.

Assinale a frase em que o número empregado **não** indica objetivamente a quantidade que ele representa.

- (A) Trabalho todos os dias de 7 às 19, um trabalho estafante e aborrecido.
- (B) Quem pode afirmar que a vida na terra ainda vai durar 3 anos?
- (C) Por seis dias você vai trabalhar, mas no sétimo vai descansar.
- (D) Como nos sentiríamos bem, se soubéssemos os perigos de que escapamos durante 24 horas de vida!
- (E) Desejo que cerca de 10% de meus bens sejam entregues aos meus empregados.

4

Assinale a opção que apresenta a frase que está rigorosamente de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

- (A) O mecânico disse ao proprietário do carro que não tinha havido tempo para o concerto do para-lamas.
- (B) Os livros parecem que custaram mais caro do que havia sido dito.
- (C) O professor, distraído, havia esquecido o óculos sobre a carteira do aluno.
- (D) Devemos todos prestar atenção do que o governo publicam.
- (E) Os turistas assistiram ao jogo confortavelmente sentados na Tribuna de Honra.

5

As frases a seguir mostram um substantivo sublinhado e, na continuidade, um termo erudito correspondente a esse substantivo.

Assinale a opção em que essa correspondência foi feita de forma correta.

- (A) As raças humanas já foram motivo de muitos estudos, mas hoje as preocupações éticas estão superadas.
- (B) Os cabelos são motivo de preocupação estética, daí a enorme quantidade de tratamentos capilares.
- (C) Os gatos apresentam constantemente problemas nos rins, mas esses problemas reumatológicos podem ser curados.
- (D) Muitos de nossas mãos mostram dedos com calosidades, que podem ser retiradas em consultas com podólogos.
- (E) A letra das crianças pode ser ilegível, mas os pais devem ensiná-las a ter cuidado com a grafia linear.

6

Leia com atenção o texto a seguir.

*Dissemos que a grafia não é a imagem fiel da pronúncia, nem poderia sê-lo. É, na realidade, uma representação aproximada e convencional da pronúncia. Nem ambiciona fixar a pronúncia de qualquer língua, pois a pronúncia evolui com o tempo, deixando a ortografia para trás.*

(Sílvia Elia, A questão ortográfica.)

Segundo o texto, é correto afirmar que

- (A) as palavras deveriam ser uma imagem fiel da sua pronúncia.
- (B) como a pronúncia das palavras evolui com o tempo, aparecem os acordos ortográficos para que a ortografia fique atrás.
- (C) como nos estados brasileiros há pronúncias distintas de uma mesma palavra, deveria haver mais de uma possibilidade de grafia correta.
- (D) a ortografia tem a função de fixar a pronúncia de uma língua.
- (E) a ortografia é uma convenção e deve ser respeitada como tal.

## Direito Civil

7

Carlos devia a quantia de R\$ 20.000,00 a Mariana. No vencimento da dívida, Carlos informou que não possuía o valor em dinheiro, mas ofereceu a Mariana um computador avaliado no mesmo montante. Mariana concordou em receber o bem em substituição ao pagamento em dinheiro, dando a dívida por quitada.

À luz do Código Civil, sobre a situação descrita caracteriza

- (A) novação, pois houve substituição do objeto da obrigação.
- (B) compensação, pois houve substituição de prestações entre as partes.
- (C) dação em pagamento, pois o credor aceitou prestação diversa da originalmente devida.
- (D) remissão da dívida, pois o credor abriu mão da prestação originalmente pactuada.
- (E) consignação em pagamento, pois o devedor entregou coisa diversa da obrigação.

**8**

Carlos pretendia comprar um veículo usado de Pedro. Durante a negociação, Pedro afirmou que o automóvel nunca havia sofrido qualquer tipo de acidente e que estava em perfeito estado estrutural. Confiando nessa informação, Carlos celebrou o contrato de compra e venda.

Alguns dias após a aquisição, ao levar o veículo a um mecânico, Carlos descobriu que o carro havia sofrido grave colisão anterior, informação que Pedro conhecia, mas deliberadamente omitiu para concluir a venda.

Diante dessa situação, à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O negócio jurídico é inexistente, pois houve omissão de informação relevante pelo vendedor.
- (B) O negócio jurídico é anulável em razão de dolo, pois houve omissão intencional de informação relevante para a formação da vontade.
- (C) O negócio jurídico é nulo, pois qualquer omissão em negociação contratual gera nulidade absoluta.
- (D) O negócio jurídico é válido e eficaz, pois o comprador tinha o dever de verificar previamente o estado do bem.
- (E) O negócio jurídico é anulável por erro essencial, pois o vendedor provocou a falsa percepção da realidade.

**9**

Durante uma confraternização em um condomínio, Lucas decidiu soltar fogos de artifício no jardim comum. Ao acender um dos artefatos de forma imprudente, o objeto explodiu próximo ao veículo de Mariana, que estava estacionado no local, causando danos à pintura e quebrando o vidro traseiro do automóvel.

Diante do ocorrido, Mariana exigiu que Lucas reparasse os prejuízos sofridos.

Considerando as regras da responsabilidade civil previstas no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Lucas somente será obrigado a indenizar se Mariana comprovar que ele agiu com intenção de causar o dano.
- (B) Lucas poderá ser responsabilizado independentemente de culpa, desenvolveu atividade de risco.
- (C) Lucas não terá obrigação de indenizar, pois o dano ocorreu em área comum do condomínio.
- (D) Lucas somente será responsável se ficar comprovado que assumiu previamente a responsabilidade pelos danos causados durante o evento.
- (E) Lucas terá obrigação de indenizar, pois quem causa dano a outrem por imprudência pratica ato ilícito.

**10**

Pedro emprestou gratuitamente a João sua bicicleta para que esse a utilizasse durante uma semana para ir ao trabalho. Ficou ajustado que, após esse período, João deveria devolver o bem nas mesmas condições em que o recebeu.

Considerando as regras do Código Civil, é correto afirmar que o comodato

- (A) é contrato oneroso, pois gera vantagens para ambas as partes.
- (B) somente pode ter por objeto bens fungíveis.
- (C) transfere a propriedade do bem ao comodatário durante o prazo do contrato.
- (D) é contrato gratuito, pelo qual uma pessoa empresta a outra coisa infungível para uso, devendo ser restituída posteriormente.
- (E) extingue-se automaticamente com o simples uso da coisa emprestada.

## Direito Processual Civil

**11**

Uma autora ajuizou ação de indenização contra determinada empresa. Enquanto a primeira demanda ainda estava em curso, a autora propôs nova ação contra a mesma empresa, perante o mesmo Juízo, com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir.

Ao analisar a petição inicial da segunda demanda, o Juiz verificou a existência da primeira ação ainda em tramitação.

À luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por força da coisa julgada, o Juiz de Direito deverá extinguir a segunda ação sem resolução do mérito.
- (B) Trata-se de hipótese de continência, visto que a segunda ação é mais abrangente que a primeira.
- (C) O Magistrado deverá intimar a autora para que exerça o direito de opção por uma das demandas, em 15 dias úteis.
- (D) O Magistrado deve reconhecer a existência de conexão, determinando a reunião dos processos para julgamento conjunto, a fim de evitar decisões contraditórias.
- (E) A repetição da ação caracteriza litispendência, devendo o segundo processo ser extinto sem resolução do mérito.

**12**

Em ação de indenização, o Juiz proferiu decisão interlocutória na qual

- I. indeferiu o pedido de gratuidade da justiça;
- II. rejeitou a admissão de intervenção de terceiros; e
- III. determinou a exclusão de litisconsorte do processo.

Inconformada, uma das partes pretende impugnar imediatamente a decisão, antes da sentença.

À luz do regime recursal do Código de Processo Civil, é correto afirmar que caberá agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que

- (A) indeferiu o pedido de gratuidade da justiça e rejeitou a admissão de intervenção de terceiros, mas não contra a que excluiu o litisconsorte.
- (B) indeferiu o pedido de gratuidade da justiça, mas não contra as decisões que rejeitaram a intervenção de terceiros e excluíram o litisconsorte.
- (C) rejeitou a admissão de intervenção de terceiros e excluiu o litisconsorte, mas não contra a que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça.
- (D) indeferiu o pedido de gratuidade da justiça, rejeitou a admissão de intervenção de terceiros e excluiu o litisconsorte.
- (E) excluiu o litisconsorte, mas não contra as decisões que indeferiram a gratuidade da justiça e rejeitaram a intervenção de terceiros.

13

Em ação de indenização por danos materiais decorrentes de defeitos construtivos, a autora alegou que a extensão dos prejuízos somente poderá ser apurada após a realização de perícia técnica, razão pela qual não indicou desde logo o valor exato da reparação pretendida.

Considerando o regime jurídico previsto no Código de Processo Civil de 2015, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido é inadmissível, pois o CPC exige que todo pedido seja certo e determinado, sendo vedada a formulação de pedido genérico em ações de indenização.
- (B) O pedido genérico é admissível apenas em ações universais, não sendo permitido em demandas indenizatórias.
- (C) A formulação de pedido genérico é admissível, quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato.
- (D) O pedido genérico é admitido, quando a determinação do objeto da condenação depender de ato a ser praticado pelo próprio autor no curso do processo.
- (E) Em casos de indeterminação do objeto da condenação, o pedido genérico depende da concordância expressa do réu.

14

Pessoa casada sob o regime de comunhão parcial de bens propôs ação reivindicatória de imóvel sem a participação ou autorização de seu cônjuge.

O réu alegou que a demanda versa sobre direito real imobiliário e que, portanto, dependeria da anuência do cônjuge do autor.

Com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta

- (A) O autor possui legitimidade ativa plena para a causa, dispensando a vênua conjugal.
- (B) A falta de anuência do cônjuge leva à extinção do processo com resolução de mérito.
- (C) A participação do cônjuge somente seria obrigatória se a ação tivesse por objeto a residência familiar.
- (D) O consentimento do cônjuge é requisito para propor ação sobre direito real imobiliário, salvo no regime de separação absoluta de bens.
- (E) O consentimento do cônjuge é exigido apenas quando o autor pretende alienar o imóvel, sendo dispensável para a propositura de ação reivindicatória.

## **Código de Defesa do Consumidor**

15

Mariana adquiriu uma geladeira em uma loja de eletrodomésticos. Após 20 dias de uso, o produto deixou de funcionar adequadamente. Mariana procurou o fornecedor para reclamar do problema e exigir a solução do vício.

Considerando as regras do Código de Defesa do Consumidor, o direito de Mariana de reclamar pelo vício do produto está sujeito:

- (A) a prazo prescricional de cinco anos.
- (B) a prazo decadencial de 30 dias, contado da descoberta do defeito.
- (C) a prazo decadencial de 90 dias, contado da entrega do produto.
- (D) a prazo prescricional de três anos, contado da compra.
- (E) a prazo decadencial de cinco anos.

16

Luciana adquiriu um telefone celular em uma loja de eletrônicos. Após poucos dias de uso, o aparelho passou a apresentar aquecimento excessivo e desligamentos inesperados. Ao procurar o fornecedor, Luciana solicitou a troca do produto, mas a loja recusou o pedido, afirmando que caberia à consumidora provar que o defeito decorreu de falha de fabricação.

Diante da recusa, Luciana ajuizou ação judicial, requerendo a substituição do produto e a inversão do ônus da prova, alegando tratar-se de direito básico do consumidor.

À luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inversão do ônus da prova deve ser indeferida, pois não representa direito básico do consumidor.
- (B) O pedido de inversão do ônus da prova poderá ser acolhido pelo Juiz quando for verossímil a alegação da consumidora ou quando ela for hipossuficiente.
- (C) A inversão do ônus da prova somente pode ser determinada quando ficar demonstrada a hipossuficiência econômica do consumidor.
- (D) A inversão do ônus da prova depende de previsão expressa no contrato celebrado entre consumidor e fornecedor.
- (E) A inversão do ônus da prova poderá ser determinada se houver prova de culpa do fornecedor pelo defeito do produto.

17

Uma loja de eletrodomésticos anunciou em seu site a venda de um televisor por R\$ 2.000,00, informando detalhadamente as características do produto, prazo de entrega e condições de pagamento. Carlos realizou a compra imediatamente após visualizar o anúncio, acreditando tratar-se de excelente oportunidade, pois o preço usual do produto era de R\$ 2.300,00.

Contudo, no dia seguinte, a empresa comunicou que não poderia cumprir a oferta, alegando que o preço divulgado foi resultado de erro do setor responsável pela publicidade. Inconformado, Carlos procurou o Poder Judiciário para exigir o cumprimento da oferta.

À luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) A oferta anunciada pelo fornecedor não o vincula, podendo ser livremente alterada ou cancelada antes da entrega do produto.
- (B) O fornecedor somente estará obrigado a cumprir a oferta se ficar comprovado que não houve erro na divulgação do preço.
- (C) A oferta suficientemente precisa vincula o fornecedor, podendo o consumidor exigir o cumprimento da obrigação nos termos da oferta.
- (D) O fornecedor somente estará obrigado a cumprir a oferta caso o consumidor tenha assinado contrato formal de compra e venda.
- (E) A oferta vincula o fornecedor apenas quando divulgada por meio de publicidade televisiva ou impressa e sem erros.

**18**

Uma empresa fabricante de aquecedores elétricos colocou no mercado um modelo de produto que, após certo tempo de uso, passou a apresentar risco de superaquecimento, podendo causar incêndios domésticos.

Ao tomar conhecimento de diversos incidentes relatados por consumidores, o órgão de defesa do consumidor instaurou procedimento para apurar os fatos e determinou que a empresa adotasse medidas para evitar novos danos aos consumidores.

Considerando as regras do Código de Defesa do Consumidor sobre prevenção e reparação de danos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fornecedor somente será obrigado a reparar os danos causados aos consumidores se ficar comprovada sua culpa na fabricação do produto.
- (B) O fornecedor responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores por defeitos do produto, devendo também adotar medidas para evitar a ocorrência de novos danos.
- (C) O fornecedor somente será responsável pelos danos caso tenha sido previamente advertido pelo órgão de defesa do consumidor sobre os riscos do produto.
- (D) A responsabilidade do fornecedor pelos danos causados aos consumidores depende da demonstração de que o produto foi utilizado exatamente conforme as instruções do fabricante.
- (E) A obrigação de prevenir danos ao consumidor surge apenas quando o fornecedor tiver conhecimento comprovado da periculosidade do produto colocado no mercado, visto inexistir dever geral de segurança.

## Juizados Especiais

**19**

Em conformidade com a legislação em vigor, todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, analise as afirmativas a seguir.

- I. As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- II. O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo dez dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- III. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**20**

Após tomar ciência de sentença de improcedência, Lucas, autor de demanda proposta perante o Juizado Especial Cível, interpôs recurso em observância às formalidades legais, o qual será julgado por uma turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o recurso interposto por Lucas terá efeito

- (A) devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.
- (B) suspensivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito devolutivo, para evitar dano irreparável para a parte.
- (C) suspensivo, vedando-se ao Juiz dar-lhe efeito devolutivo.
- (D) devolutivo, vedando-se ao Juiz dar-lhe efeito suspensivo.
- (E) devolutivo e efeito suspensivo por força de lei.

**21**

Em consulta à legislação de regência, visando ao aprimoramento dos seus conhecimentos teóricos, Caio, Juiz Leigo no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, constatou que a Lei dos Juizados Especiais traz à baila hipóteses de extinção do processo sem julgamento do mérito.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que se extingue o processo, além dos casos previstos em lei, quando

- (A) falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de sessenta dias da ciência do fato, sendo certo de que a extinção do processo independe de prévia intimação pessoal das partes.
- (B) falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de trinta dias da data da morte, sendo certo de que a extinção do processo dependerá de prévia intimação das partes.
- (C) falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de quinze dias, sendo certo de que a extinção do processo dependerá de prévia intimação das partes.
- (D) o réu deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, sendo certo de que a extinção do processo dependerá de prévia intimação das partes.
- (E) for reconhecida a incompetência territorial, sendo certo de que a extinção do processo independe de prévia intimação pessoal das partes.

22

Em conformidade com o regramento legal, o acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O preparo do recurso compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.
- ( ) A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.
- ( ) Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

## Juizado Especial da Fazenda Pública

23

A empresa de pequeno porte *Omega* pretende propor ação renovatória de aluguel contra a empresa pública *Gama*, vinculada ao Estado *Beta*, proprietária do imóvel onde funciona sua sede.

O valor da causa foi fixado em 50 (cinquenta) salários mínimos.

Considerando as regras de competência estabelecidas na Lei nº 12.153/2009, assinale a afirmativa correta a respeito da possibilidade de distribuição da demanda no Juizado Especial da Fazenda Pública.

- (A) Pode ser distribuída apenas se o valor da causa for inferior a 40 (quarenta) salários mínimos.
- (B) Não pode ser distribuída, pois as empresas públicas não podem ser rés no Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (C) Pode ser distribuída, pois as causas sobre bens imóveis das empresas públicas estaduais não estão fora da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (D) Não pode ser distribuída, pois estão fora da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis das empresas públicas estaduais.
- (E) Não pode ser distribuída, pois as empresas de pequeno porte não podem propor ações sobre bens imóveis dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios, das autarquias, empresas públicas e fundações públicas a eles vinculados.

24

A Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado de Santa Catarina decidiu uma questão de direito material envolvendo interpretação de lei, referente à gratificação de desempenho de servidores da Universidade Estadual favoravelmente ao pedido; já a Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Sul decidiu de forma contrária sobre o mesmo direito para os servidores da Universidade Estadual gaúcha. As duas universidades estaduais são autarquias.

Assinale a opção que indica o que pode ser feito pelos servidores que não tiveram seu direito reconhecido.

- (A) Reclamação no Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Recurso Especial no Superior Tribunal de Justiça.
- (C) São Tribunais de Justiça distintos, nada podendo ser feito.
- (D) Pedido de Uniformização de interpretação de lei, no Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Pedido de Uniformização de interpretação de lei, na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

## Resolução 905/2012-COMAG

25

Nos termos da normativa vigente, na condução das audiências, os conciliadores, conciliadores criminais e Juizes Leigos poderão digitar os respectivos termos de audiência, a par da execução da tarefa pelos servidores designados para atuação nas sessões.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Resolução nº 905/2012 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os conciliadores e Juizes Leigos, quando voluntários, serão designados mediante indicação do Juiz Presidente em exercício nos respectivos juizados.
- II. O Tribunal de Justiça poderá firmar convênios, visando à designação de conciliadores e Juizes Leigos em postos e universidades, sempre não remunerados.
- III. Competirá à coordenação do sistema de Juizados Especiais manter registros atualizados das designações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

26

O exercício do encargo de Juiz Leigo, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pressupõe o preenchimento de requisitos específicos, inclusive determinado período de experiência jurídica.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 905/2012 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, entende-se que o período de experiência jurídica poderá ser computado pelos meios abaixo indicados, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) O exercício do encargo de conciliador junto a tribunais judiciais, juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais ou de varas judiciais, no mínimo durante um ano.
- (B) O efetivo exercício de advocacia, inclusive voluntária, mediante a participação anual mínima em cinco atos privativos de advogado em causas ou questões distintas.
- (C) O tempo de curso de pós-graduação preparatório à carreira da magistratura desenvolvido pelas escolas da magistratura, desde que integralmente concluído.
- (D) O efetivo exercício de cargos, empregos ou funções, salvo o magistério superior, que exija a utilização preponderante de conhecimento jurídico.
- (E) O exercício da atividade de mediação ou de arbitragem na composição de litígios.

## Código de Ética dos Juízes Leigos

27

Maria, Juíza leiga lotada no Juizado Especial Cível X, atuou em determinada relação processual na qual a parte autora formulou pedido de reparação de dano moral.

Em sua atuação, Maria se conduziu com estrita observância dos balizamentos estabelecidos pelo Código de Ética dos Juízes Leigos, veiculado pelo Anexo II da Resolução nº 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, indicativo de que

- (A) dispensou tratamento privilegiado à parte do sexo feminino, cisgênero ou transgênero.
- (B) subordinou-se ao entendimento jurídico do Juiz togado do respectivo Juizado Especial Cível.
- (C) externou às partes o seu pré-julgamento sobre a causa, de modo a facilitar a obtenção de uma solução consensual.
- (D) fundamentou o projeto de sentença em linguagem técnica, compreensível àqueles que sejam especialistas em Direito.
- (E) observou as causas de impedimento e suspeição que lhe são próprias, que são mais estritas que aquelas afetas aos juízes togados.

28

João, Juiz Leigo recém-empossado, foi informado por uma colega de que os Juízes Leigos, no exercício de suas funções, deveriam buscar a resolução do conflito que lhes fosse submetido com base em alguns pilares, entre eles,

- I. a substitutividade;
- II. a acessibilidade; e
- III. a priorização da litigiosidade mitigada.

Ao analisar o Código de Ética dos Juízes Leigos, veiculado pelo Anexo II da Resolução nº 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, João concluiu corretamente, em relação aos referidos pilares, que

- (A) todos estão certos.
- (B) apenas o I está certo.
- (C) apenas o II está certo.
- (D) apenas o I e o III estão certos.
- (E) apenas o II e o III estão certos.

## Jurisprudência

29

Maria celebrou com a Seguradora *Alfa* contrato de seguro do seu veículo automotor, regido pelo Código Civil, que detalhou o valor pelo qual a seguradora se responsabilizaria na hipótese de sinistro que acarretasse danos materiais ao bem segurado.

No curso da cobertura do contrato de seguro, o veículo de Maria foi atingido por um caminhão que realizava manobras irregulares. Ao ser requerido o pagamento da indenização, houve um dissenso entre Maria e a Seguradora *Alfa* em relação à correção monetária do valor devido, o que levou à judicialização da questão perante o Juizado Especial Cível (JEC) competente.

Na situação descrita, à luz do Direito Sumular do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) não deve incidir correção monetária.
- (B) deve incidir correção monetária desde o sinistro até o efetivo pagamento.
- (C) deve incidir correção monetária desde a contratação até o efetivo pagamento.
- (D) deve incidir correção monetária desde a comunicação do sinistro até o efetivo pagamento.
- (E) somente deve incidir correção monetária a partir do momento em que seja configurada a mora de *Alfa*, até o efetivo pagamento.

**30**

João decidiu ajuizar ação de indenização por danos morais e materiais em face de Pedro, considerando que sofrera agressões físicas e psicológicas injustamente praticadas por esse último. Por tal razão, almeja receber a reparação correspondente ao valor do dano moral e ao valor do dano material que sofreu.

Considerando os enunciados do Fonaje, é correto afirmar que João, caso ajuíze a ação de reparação de danos morais e materiais perante o Juizado Especial Cível (JEC) competente,

- (A) está obrigado a indicar na petição o valor do dano moral e o valor do dano material, que serão computados em conjunto para efeito de alçada e pagamento de custas.
- (B) não está obrigado a indicar na petição inicial apenas o valor do dano material, que será arbitrado pelo Juízo conforme as provas produzidas e a alçada do JEC.
- (C) está obrigado a indicar na petição inicial apenas o valor do dano moral, que será considerado, juntamente com o valor do dano material, para fins de fixação da competência do JEC.
- (D) pode indicar, ou não, o valor do dano moral e do dano material, mas, caso não o faça, não terá interesse processual em manejar eventual recurso contra o valor arbitrado pelo Juízo.
- (E) tem a faculdade de indicar o valor do dano moral na petição inicial, e, caso opte por fazê-lo, esse valor será computado em conjunto com o valor do dano material para efeito de alçada e pagamento de custas.

## PROVA DISCURSIVA

---

Em março de 2026, José ingressou com Ação Indenizatória junto ao Juizado Especial Cível da Comarca *Alfa*, no Estado do Rio Grande do Sul, sob o argumento de que, em janeiro deste ano, teria sofrido dano moral passível de compensação financeira. Afirmou-se, para tanto, que, após passar férias em outro Estado da Federação, o voo de retorno ao seu domicílio atrasou em mais de 12 (doze) horas, sem que a companhia aérea oferecesse qualquer auxílio ou informação adequada.

Registre-se que, na data designada para a audiência de instrução e julgamento, Maria, testemunha arrolada por José, regularmente intimada, não compareceu injustificadamente. Nesse contexto, você, na qualidade de Juiz Leigo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, foi incumbido de confeccionar parecer sobre as particularidades da Lei dos Juizados Especiais.

Com base no cenário hipotético narrado e considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, apresente, na qualidade de Juiz Leigo, o parecer solicitado, analisando, fundamentadamente, os pontos abaixo elencados.

- a) **Indique a providência que poderá ser determinada pelo Juízo, diante do não comparecimento injustificado de Maria à audiência de instrução e julgamento.**
- b) **Uma vez encerrada a instrução processual e submetida a decisão do Juiz Leigo ao Juiz Togado, indique as providências que podem ser adotadas pelo magistrado. Fundamente.**
- c) **Aponte os recursos cabíveis e os respectivos prazos no caso de prolação de sentença de improcedência em detrimento de José.**



Realização

